



Resolução

A situação dos trabalhadores no nosso país em geral e, em particular, a dos trabalhadores das IPSS, continua marcada por dificuldades em fazer face ao brutal aumento do custo de vida, considerando os baixos salários praticados no sector.

Realizamos este encontro depois da grande vitória dos trabalhadores que derrotou o pacote laboral. Pacote apresentado pelo governo PSD/CDS, com o apoio do CH e IL, e que correspondia aos interesses dos patrões e, se não tivesse caído, iria representar um enorme retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

Foi a intensa luta travada ao longo de 11 meses, com diversas greves e duas greves gerais, com enorme expressão e adesão dos trabalhadores das IPSS que também deram um grande contributo na luta contra o pacote para a sua derrota.

Os trabalhadores das IPSS desenvolvem um trabalho altamente qualificado e especializado, e desempenham um papel social e educativo insubstituível no cuidado, no acompanhamento, na garantia da dignidade de populações particularmente vulneráveis e em situação de fragilidade, nomeadamente idosos, pessoas com deficiência e crianças.

Todo este trabalho não tem sido devidamente valorizado ao longo dos anos pela CNIS e pelas Direcções das Instituições. Antes pelo contrário, verifica-se que o leque salarial reduziu e as carreiras profissionais sofreram uma enorme compactação, colocando uma larga maioria dos trabalhadores do setor com salários a rondar o Salário Mínimo Nacional.

O último processo negocial, para o ano de 2026, ficou muito aquém do necessário. Pese embora a luta travada e os ganhos alcançados na última revisão, a valorização das carreiras profissionais praticamente não ocorreu.

Continua a desvalorização do nosso trabalho e da nossa carreira. Por isso é urgente a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho, com valorização das carreiras profissionais repondo a valorização existente em 2009. Ainda que progressiva, e não a ideal, será um passo no caminho que todos precisamos de percorrer para a dignificação e valorização da profissão que exercemos diariamente.

Assim, os trabalhadores de IPSS's, reunidos em Braga no dia 24 de Setembro de 2026 reafirmam a continuação da luta e exigem:

- O aumento dos Salários de todos os trabalhadores em 15%, num valor não inferior a 150€, com efeitos a partir de 1 Janeiro de 2027;
- A fixação do salário do nível de entrada na carreira do setor em 1100 euros, com efeitos a partir de 1 Janeiro de 2027;

- A valorização das carreiras e profissões exercidas, com a reposição do leque salarial existente em 2015, visando alcançar, no mais curto espaço de tempo, o leque salarial que o CCT previa em 2009;
- O fim da discriminação na carreira dos educadores de infância em creche, face aos colegas da educação pré-escolar;
- 35 horas de trabalho semanal para todos, sem perda de retribuição;
- Horários regulados que permitam a conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional;

Os trabalhadores decidem ainda:

- No próximo dia 15 de Outubro de 2026, o lançamento da Campanha Nacional dos Trabalhadores das IPSS, com concentração junto ao Centro Social de São Martinho de Aldoar, no Porto, às 10h00;
- Realizar iniciativas semanais em contacto com a população em todo o país;
- *Fazer greve, mobilizar e participar* na manifestação nacional convocada pela CGTP-IN, descentralizada, em Lisboa, Porto e Coimbra, no dia 17 de Outubro de 2026, com o lema “Mais salário, melhores pensões e serviços públicos | Contra o aumento do custo de vida | Novo rumo para Portugal!”;
- No dia 7 de Novembro, realizar a Marcha Nacional dos Trabalhadores das IPSS com concentração na Estação de São Bento, no Porto.

Braga, 24 de Setembro de 2026